

A educação fiscal e a cidadania: um estudo com alunos dos anos finais do ensino fundamental

Daniela Maciel Peçanha Santana Barbosa¹, Marcus Antonius da Costa Nunes²

Resumo

Este estudo trata-se de um Delineamento Sequencial Exploratório, visando contribuir com a formação cidadã dos alunos dos anos finais do ensino fundamental, no âmbito da Educação Fiscal. Utilizou-se de dados quantitativos, obtidos por meio do método estatístico, para auxiliar na interpretação dos resultados qualitativos, anteriormente verificados com a pesquisa bibliográfica e com os questionários. Como sujeitos, 94 alunos dos anos finais do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Sucesso, São Mateus-ES, e como foco a Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”, integrante do Programa Estadual de Educação Tributária do Espírito Santo, a qual revelou ter impactos positivos no conhecimento desses alunos. Diante do método indutivo, infere-se que o conhecimento dos alunos que cursam os anos finais do ensino fundamental sobre as questões fiscais é, no geral, modesto, e que esses alunos, ao participarem da oficina pedagógica, estão aptos a adquirir bastante conhecimento sobre o assunto, sendo importante a concentração de esforços para que o tema seja trabalhado com os alunos dessa etapa do ensino, notadamente por meio da metodologia ativa.

Palavras-chave

Educação Fiscal. Formação cidadã. Ensino Fundamental. Oficina pedagógica. Vendinha Capixaba.

¹ Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação pela Faculdade Vale do Cricaré, Espírito Santo, Brasil. E-mail: daniela.santana.b@outlook.com.

² Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; professor titular da Faculdade Vale do Cricaré, Espírito Santo, Brasil. E-mail: marcaonunes@hotmail.com.

Fiscal education and citizenship: a study with students of the final years of elementary school

Daniela Maciel Peçanha Santana Barbosa³, Marcus Antonius da Costa Nunes⁴

Abstract

The study this about an Exploratory Sequential Design, because aiming to contribute to the formation of the students of the final years of elementary education, in the scope of Fiscal education, used quantitative data, obtained through the statistical method, to assist in the interpretation of qualitative results, that were previously obtained with a bibliographic research and with the questionnaires. This work had as subjects 94 students of the final years of elementary school at Bom Sucesso Municipal Elementary School, in São Mateus-ES and focused on the “Vendinha Capixaba” Pedagogical Workshop, part of the Espírito Santo State Tax Education Program, that proved to have positive impacts on the knowledge of these students. Given the inductive method, it is inferred that the knowledge of students attending the final years of elementary education on tax issues is, in general, modest, it seems that the knowledge of students attending the final years of elementary education on tax issues is, in general, modest, and that these students, when participating in the Workshop, are able to acquire a lot of knowledge on the subject, and it is important to concentrate efforts so that the theme is worked with the students of this stage of teaching, notably through the active methodology.

Keywords

Fiscal Education. Citizenship formation. Elementary school. Pedagogical workshop. Vendinha Capixaba.

³ Master in Science, Technology and Education, Vale do Cricaré Faculty, State of Espírito Santo, Brazil. E-mail: daniela.santana.b@outlook.com.

⁴ PhD in Mechanical Engineering, Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil; full professor at Vale do Cricaré Faculty, State of Espírito Santo, Brazil. E-mail: marcaonunes@hotmail.com.

Introdução

Este artigo trata-se de recorte e desdobramento de dissertação de mestrado que aborda a Educação Fiscal (EF) na formação cidadã dos alunos dos anos finais do ensino fundamental, defendida na Faculdade Vale do Cricaré, em São Mateus, Espírito Santo⁵.

Pagar os tributos é um dever do cidadão, assim como pagá-los de forma justa é um direito a ele inerente. Concomitantemente, o controle social e fiscal estatal é poder-dever do cidadão-contribuinte que tem à sua disposição, ainda que por vezes não saiba, diversos meios para o seu exercício.

Diante da complexidade que envolve o Sistema Tributário Nacional e da importância que a educação assume na preparação e no incentivo do indivíduo ao exercício da cidadania, a EF se revela instrumento em prol da conscientização do cidadão-contribuinte acerca da responsabilidade que possui na promoção do bem comum e da efetivação da cidadania fiscal na sociedade.

O debate sobre a EF é consideravelmente recente no Brasil e merece mais atenção, pois as dúvidas sobre o tema são muitas e nem tantas são as respostas. Assim, considerando a necessidade de se trabalhar a conscientização sobre as questões fiscais com os indivíduos o quanto antes, sem olvidar da maturidade que a complexidade do assunto exige e, ainda, a importância de se incentivar a participação no âmbito fiscal, o presente trabalho explora a EF quando trabalhada com alunos dos anos finais do ensino fundamental, no contexto da Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”, integrante do Programa Estadual de Educação Tributária do Estado do Espírito Santo.

Nesse ínterim, a partir do pressuposto adotado por Brasil (2015) em relação à EF, combinado com fundamentos de natureza pedagógica defendidos por Marinho (2012), Machado (2016) e Freire (2019) e com concepções que com eles dialogam, este artigo tem como objetivo geral contribuir com a formação cidadã dos alunos dos anos finais do ensino fundamental no âmbito da EF, e como objetivos específicos identificar o conhecimento dos desses público a respeito das questões fiscais, bem como avaliar os impactos da Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”, no conhecimento desses alunos sobre as questões fiscais, e apresenta respostas a seguinte problemática: De que forma a EF pode contribuir na formação cidadã dos alunos dos anos finais do ensino fundamental?

⁵ Este trabalho decorreu de pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus-ES, Brasil.

Referencial teórico

A educação, direito social constitucionalmente assegurado no artigo 6º, nos moldes do artigo 205, também da Constituição Federal (BRASIL, 1988) visa à preparação do indivíduo para o exercício da cidadania. O Estado Democrático de Direito Brasileiro, alicerçado na Carta Magna, conhecida, pertinentemente, como Constituição Cidadã, tem como um de seus fundamentos a cidadania, a qual, no contexto das relações tributárias, é intitulada cidadania fiscal.

Nesse sentido, Machado (2016) aponta a participação da vida econômica, inclusive por meio do pagamento de impostos, entre os instrumentos para plena concretização da cidadania ativa, e destaca que a formação do cidadão está relacionada com a articulação entre os interesses de caráter individual e os de cunho coletivo. Machado (2016, p. 77) alerta que valores como a cidadania sempre deveriam sustentar os projetos educacionais, tendo em vista que “sem eles, todo conhecimento se dilui em informações, toda sabedoria se perde no conhecimento, todas as ações educacionais reduzem-se a meras tecnicidades”.

É fato que a informação, pura e simplesmente, sem aplicabilidade, não tem utilidade e se perde nela mesma, e que a cidadania é um valor imprescindível à educação, para que o indivíduo aprenda a superar seus interesses pessoais em prol do bem coletivo. Outrossim, conforme destaca Maia (2015), a cidadania é inerente à educação e, portanto, a educação deve superar a abordagem de matérias tradicionais, focadas na preparação dos alunos para vestibulares e processos seletivos, de forma a tratar também de matérias de relevância social como a tributação.

É de suma importância se concentrar os esforços na abordagem da temática fiscal com os alunos, temática presente no meio social de todos os indivíduos e com a qual todos, se já não lidam, terão que lidar um dia. Nesse contexto, Marinho (2012) afirma que a formação para a cidadania somente pode ser pensada a partir da compreensão dos sujeitos como seres decisórios para as conjunturas políticas, sociais e econômicas da realidade vivida, e, concomitantemente, por elas determinados. O autor entende, dessa forma, que toda proposta educacional que intente por essa formação deve ter as suas práticas elaboradas por meio da exposição dessa realidade.

Ainda nesse sentido, Marinho (2012) também ressalta a importância da educação para a cidadania na prática pedagógica dos anos finais do ensino fundamental, afirmando que ela deve ser encarada como um processo de instrução popular, enfoque em que é apreciada a efetiva participação dos cidadãos, de modo a concentrar a educação na prática constante e

responsável da cidadania, e que a escola vá além da veiculação dos conhecimentos das áreas convencionais, considerando também as denominadas questões urgentes que interpelam sobre a vida e a realidade.

Nessa conjectura, no tocante à educação básica, de acordo com o artigo 27, inciso I, da Lei 9.394/96, dentre as diretrizes a serem observadas nos conteúdos dos currículos escolares encontra-se a transmissão de valores imprescindíveis ao interesse social, aos direitos e obrigações inerentes aos indivíduos bem como a propagação do respeito à democracia e ao bem da coletividade (BRASIL, 1996).

Ainda nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) garante à criança e ao adolescente, no artigo 53, *caput*, o direito a uma educação que os prepare para a prática da cidadania (BRASIL, 1990). Aliás, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a etapa do Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, a EF é apresentada como um dos Temas Contemporâneos Transversais, temas vividos de forma intensa pelos cidadãos, que atravessam todas as áreas do conhecimento e cuja abordagem nas escolas passa a ser obrigatória (BRASIL, 2019).

Sabe-se que inúmeros cidadãos ignoram importantes conceitos inerentes à tributação, conceitos essenciais para a compreensão da sua dinâmica, como o de tributo, que consoante Costa (2019, p. 138) pode ser extraído da Constituição Federal, sendo definido como:

[...] relação jurídica existente entre Estado e contribuinte, uma vez implementada determinada situação fática prevista em lei como autorizadora dessa exigência, cujo objeto consiste numa prestação pecuniária, não revestida de caráter sancionatório, e disciplinada por regime jurídico próprio.

Outro importante conceito, que pode parecer básico, mas pode não restar tão claro aos cidadãos, é o dos impostos, tributos de suma importância à atuação estatal, cabendo aqui destacar ser o imposto espécie do gênero tributo.

Os impostos são tributos não vinculados a uma atuação estatal que guarde relação contraprestacional direta com o cidadão-contribuinte, ou seja, os impostos custeiam as despesas públicas gerais, compreendendo os serviços públicos universais e indivisíveis, contexto em que, uma vez praticada alguma das situações previstas em lei como autorizadas da exigência daquele imposto, o ente federado estará apto a exigir-lo daquele que a praticou (COSTA, 2019; JESUS, I; JESUS, F; JESUS, R, 2017).

Ainda, ao falar em cidadania e participação, fala-se, no âmbito fiscal, em controle fiscal, que pode e deve ser exercido pelo cidadão-contribuinte, por meio dos diversos

institutos⁶, que oportunizam a participação popular no debate, na execução das políticas públicas e na fiscalização da alocação dos recursos públicos arrecadados pela administração pública. Ocorre que muitos cidadãos também não têm conhecimento a respeito dos meios os quais possui para efetivar tal participação e nem a respeito de seus direitos e obrigações fiscais.

E é nessa conjectura que Brasil (2015) apresenta a EF como instrumento em busca da estruturação de uma consciência orientada ao exercício da cidadania, de forma a possibilitar que o cidadão participe no desempenho e no aprimoramento dos instrumentos de controle social e fiscal estatal. Porém, é importante observar a ressalva feita por Marinho (2012) sobre a necessidade da revisão também dos pressupostos metodológicos, além dos teóricos, nos quais se embasaram as práticas escolares da educação básica, de modo que os novos projetos pedagógicos para os anos finais do ensino fundamental estejam fundamentados na noção de escola como um ambiente plural, no qual são estabelecidas conexões sociais e políticas e onde são produzidos saberes e valores culturais, local apto a formar para o pleno exercício da cidadania ativa.

No tocante às metodologias a serem utilizadas na EF, na busca por uma atitude mais participativa por parte do aluno que, concomitantemente, concorra para o fomento da sua participação como cidadão, a metodologia ativa se revela importante, tendo em vista sua aptidão para contextualizar o conteúdo com a realidade. Nesse contexto, é importante destacar o entendimento de Almeida (2018, p. 11) em relação à concepção de metodologia ativa:

A metodologia ativa se caracteriza pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos e criativos, centrados na atividade do aluno com a intenção de propiciar a aprendizagem.

No Brasil, tal entendimento encontra consonância com o pensamento de Freire (2019) ao destacar a importância do respeito à identidade, autonomia e liberdade do educando, bem como ao seu direito à curiosidade e inquietude, também afirmando que as pessoas têm aptidão de aprender para intervir na realidade, para transformá-la. Nesse sentido, Freire (2019) afirma que a leitura de mundo do indivíduo evidencia o conhecimento construído no âmbito cultural e social, bem como o seu esforço particular para assimilar esse conhecimento, contexto em

⁶ Como o Plebiscito, o *Referendum*, a Iniciativa Popular, os Conselhos Setoriais, a Audiência Pública, a Consulta Pública, o Orçamento Participativo, o Mandado de Segurança e a Ação Popular.

que ressalta que o professor deve ter uma relação dialógica com o aluno e respeitar sua leitura de mundo, buscando, juntamente a ele, superar uma compreensão mais ingênua do mundo e substituí-la por uma visão mais crítica. Para Freire (2019), no momento em que ensina ao aluno sobre determinado assunto, o professor deve instigá-lo a perceber, na prática e por meio dela, sua capacidade para tal conhecimento. Ou seja, para ensinar de forma crítica o professor deve estar totalmente aberto ao esforço do aluno para assumir a responsabilidade de conhecedor, inclusive, estimulando-o nesse sentido.

Além de capacitar os alunos à prática, a metodologia ativa é capaz de suscitar neles a vontade de praticar, auxiliando-os, no âmbito da EF, a compreenderem a cidadania fiscal como um poder-dever. Nesse contexto, tem destaque a “Vendinha Capixaba”, oficina pedagógica integrante do Programa Estadual de Educação Tributária do Estado do Espírito Santo. A oficina concilia teoria e prática na conscientização sobre a importância da exigência da nota fiscal, bem como a respeito de outras questões relacionadas à tributação, em torno da qual o presente estudo se aprofunda, através da metodologia descrita a seguir.

Metodologia

Dentre os delineamentos de pesquisa de métodos mistos, tem-se o Delineamento Sequencial Exploratório, que, conforme Gil (2019, p. 67):

é conduzido em duas fases, sendo a primeira caracterizada pela coleta e análise de dados qualitativos e a segunda pela coleta e análise de dados quantitativos. Seu propósito é utilizar resultados quantitativos para auxiliar na interpretação de resultados qualitativos. [...] o propósito desse delineamento é o de explorar o fenômeno. Pode ser utilizado, por exemplo, [...] para estudar um fenômeno em profundidade.

Assim, o presente trabalho pode ser caracterizado como um Delineamento Sequencial Exploratório, tendo em vista que, com o intento de se estudar o assunto em profundidade, utilizou-se de dados quantitativos, obtidos por meio do método estatístico, para auxiliar a interpretação dos resultados qualitativos, verificados com a pesquisa bibliográfica e também por meio de questionários, em um primeiro momento.

Para avaliar os impactos de uma prática pedagógica concernente à EF no conhecimento de alunos em transição da adolescência para a vida jovem e início da vida adulta, o presente trabalho teve como foco a Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”. A oficina foi ministrada em dois dias do mês de outubro de 2019 por professor integrante da

equipe da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo a alunos dos anos finais do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Bom Sucesso. Esta escola integra a rede pública do município de São Mateus, Espírito Santo, e foi escolhida como instituição a ser pesquisada de forma aleatória entre as escolas públicas do município.

A pesquisa foi realizada por meio da observação das atividades desenvolvidas na oficina e da elaboração e aplicação de dois questionários com questões envolvendo a temática fiscal: um voltado a identificar o conhecimento que os alunos apresentariam sobre o tema antes da realização da oficina pedagógica; outro aplicado após a realização dela, de modo a possibilitar a avaliação dos impactos por ela produzidos no conhecimento dos alunos envolvidos.

Com linguagem adequada ao público-alvo, a maioria das questões apresentadas aos alunos foram as mesmas em ambos os questionários: 1 - Você sabe o que é tributo? (Sim/Não); 2 - Você sabe para que o tributo serve? (Sim/Não); 3 - Você sabe o que é imposto? (Sim/Não); 4 - Você sabe para que o imposto serve? (Sim/Não); 5 - Se souber, diga para que serve o imposto; 6 - Você acha que o imposto é algo bom ou ruim? (Bom/Ruim); 7 - Justifique a sua resposta anterior; 8 - Cite um imposto que você já ouviu falar; 9 - Em que situação a pessoa tem que pagar esse imposto que você citou?; 10 - Para quem é pago o imposto que você citou? (Município/Estado/União); 11 - Você sabe o que é a nota fiscal? (Sim/Não); 12 - Você acha importante pedir a nota fiscal quando realiza suas compras? (Sim/Não); 13 - Justifique a sua resposta anterior; 14 - Você já ouviu falar de orçamento público? (Sim/Não); 15 - Você e seus familiares sabem como podem acompanhar a aplicação dos recursos públicos? (Sim/Não);

Além das questões acima mencionadas, o questionário prévio e o questionário posterior indagavam, respectivamente, ao aluno, na questão 16: - Você sente necessidade de saber mais sobre o assunto? (Sim/Não); - Você gostou da sua experiência com a Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”? Achou que ela foi proveitosa para o seu aprendizado?

É importante esclarecer que, na maioria das questões, optou-se por perguntar a respeito dos impostos e não dos tributos, tendo em vista o entendimento de que, inicialmente, seria muito provável que boa parte dos alunos, assim como a sociedade de modo geral, compreenderia melhor uma questão que mencionasse a respeito dos impostos do que uma que mencionasse os tributos.

Após o estudo e a coleta de dados, as indagações dos questionários, aplicados prévia e posteriormente à oficina pedagógica, foram analisadas, por categorias, da seguinte maneira: conhecimento sobre o conceito de tributo (questão 1); conhecimento sobre a função dos

tributos (questões 2, 5 e 7); conhecimento sobre o conceito de imposto (questões 3, 5, 7, 8 e 9); conhecimento sobre a função dos impostos (questões 4, 5, 7, 8 e 9); sentimento em relação ao imposto (questões 6 e 7); conhecimento sobre um tributo em específico (questões 8, 9 e 10), conhecimento a respeito da nota fiscal (questões 11, 12 e 13); sentimento sobre a capacidade para o controle fiscal (questão 15), impactos gerais da oficina pedagógica (questão 16 do questionário posterior).

Entre os alunos que cursavam os conteúdos referentes aos três últimos anos do ensino fundamental na instituição pesquisada, não participaram da pesquisa somente aqueles cujos responsáveis legais não forneceram a autorização para que participassem da pesquisa e/ou aqueles que se negaram a conceder o próprio assentimento, contexto em que a amostra selecionada foi de 94 alunos⁷ dos anos finais do ensino fundamental.

Assim, participaram da pesquisa 29 alunos do 7º ano; 34, do 8º ano; 24, do 9º ano; e 7 alunos do Programa de Regularização de Fluxo Escolar (PREFES), programa que acolhe modalidade de ensino utilizada com alunos dos anos finais do ensino fundamental que apresentem defasagem entre a sua idade e o ano escolar condizente a ela (SÃO MATEUS, 2019). Cabe esclarecer que, para análise dos resultados obtidos, os alunos do PREFES foram considerados como pertencentes ao 9º ano, tendo em vista estarem cursando os conteúdos referentes ao 8º e 9º anos, concomitantemente, e que, se aprovados, teriam concluído o ensino fundamental. Assim, os dados obtidos por meio dos questionários foram analisados, por meio do método estatístico, e no presente artigo, foram apresentados, em relação aos anos finais do ensino fundamental como um todo.

Cumprido ressaltar, ainda, que, respeitadas as particularidades de cada caso em concreto, ao identificar o conhecimento sobre as questões fiscais dos alunos componentes da amostra e analisar os impactos da Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba” no conhecimento deles, tendo em vista o método indutivo, procedimento lógico adotado no presente trabalho, chegou-se a prováveis conclusões a respeito de todos os alunos dessa etapa do ensino.

Resultados e Discussão

Consoante ao já descrito na metodologia, do estudo e da coleta de dados emergiram categorias de análise, cujos resultados obtidos serão expostos e discutidos a seguir. Contudo,

⁷ O sigilo, firmado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e no Termo de Assentimento, foi cuidadosamente mantido no presente trabalho.

primeiramente, cabe apresentar, de forma breve, os resultados obtidos com a observação do desenvolvimento das atividades inerentes à Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”.

A Vendinha Capixaba

A “Vendinha Capixaba”, oficina pedagógica integrante do Programa Estadual de Educação Tributária do Estado do Espírito Santo, tem destaque por conciliar teoria e prática na conscientização sobre a importância da exigência da nota fiscal, bem como a respeito de outras questões relacionadas à tributação, com o uso da metodologia ativa.

Em seu desenrolar, professor, membro da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo, por meio de vídeos e explicações, interage com os alunos por meio de indagações, oportunizando que eles se manifestem, e aborda, entre outros, os seguintes assuntos: a respeito da história dos tributos; acerca dos tributos cobrados por cada ente federativo, esclarecendo a respeito da sua função social; a respeito da nota fiscal e da importância da sua exigência; sobre as leis orçamentárias; a respeito dos instrumentos de participação popular na elaboração de políticas públicas e da responsabilidade que o cidadão possui na fiscalização da aplicação dos recursos públicos bem como no combate a sonegação.

Ao final, o professor interpreta um comerciante e os alunos podem participar de uma simulação de compra e venda de produtos na “Vendinha Capixaba” (Figura 1), por meio da qual são estimulados a estar atentos à solicitação da nota fiscal ao “adquirir” os produtos ofertados.

Figura 1 – Vendinha Capixaba



Fonte: Os autores (2019).

Apresentada, ainda que de forma breve, a “Vendinha Capixaba”, cumpre ao presente trabalho expor e discutir a respeito dos resultados obtidos em relação a cada categoria de análise.

Conhecimento sobre tributos e impostos

No que concerne ao conhecimento dos educados sobre tributos e impostos, procurou-se identificar o conhecimento dos alunos no tocante ao conceito de cada um deles e, logo após, sobre as suas funções, cujos resultados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Alunos com conhecimento sobre tributos e impostos

| Aspecto analisado | Alunos | | | |
|--------------------------|-------------------|--------|--------------------|--------|
| | Quantidade | | Porcentagem | |
| | Antes | Depois | Antes | Depois |
| Conceito de tributo | 22 | 83 | 23,4% | 88,3% |
| Função dos tributos | 5 | 79 | 5,3% | 84% |
| Conceito de imposto | 76 | 93 | 80,8% | 98,9% |
| Função dos impostos | 26 | 88 | 27,7% | 93,6% |

Fonte: Os autores (2020).

Entre os alunos pesquisados (94 alunos), 23,4% (22 alunos) apresentaram conhecimento sobre o conceito de tributo, antes da realização da Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”, e 88,3% (83 alunos) passaram a apresentar conhecimento sobre esse aspecto, após a sua realização. Já em relação à função que o tributo assume, no início, somente 5,3% dos alunos (5 alunos) apresentaram conhecimento e posteriormente, 84% (79 alunos) apresentaram.

Como foi possível observar, no tocante ao conceito e à função dos tributos, após a realização da oficina pedagógica, houve considerável acréscimo no conhecimento dos alunos em questão, sendo imprescindíveis duas observações: a) em relação ao conceito de tributo, a análise pode ter se revelado limitada, tendo em vista ter sido realizada no âmbito de uma questão objetiva (questão 1)⁸, o que, possivelmente, tenha deixado a avaliação do

⁸ Para rever as questões, vide Metodologia.

conhecimento sobre o assunto a critério do próprio aluno; b) em relação à função dos tributos, a análise, por abranger as respostas por eles fornecidas em questões abertas (questões 5 e 7), ganhou um viés mais subjetivo, todavia, mais fidedigno à realidade do que o teria sido uma análise isolada das respostas fornecidas pelos alunos em questão fechada sobre o tópico (questão 2).

Em relação ao conceito de imposto, entre os alunos pesquisados, no início, 80,8% (76 alunos) apresentaram conhecimento sobre o assunto, passando 98,9% (93 alunos) a apresentarem, após a realização da oficina pedagógica, revelando um aumento considerável no percentual (de 18,1%). No tocante à função dos impostos, no início, 27,7% dos alunos (26 alunos) apresentaram conhecimento sobre o assunto, passando 93,6% (88 alunos) a apresentarem.

Tanto em relação ao conceito de imposto quanto em relação a sua função, tendo em vista o envolvimento de questões abertas (questões 5, 7, 8 e 9), mais uma vez, a análise é tomada por um viés subjetivo, todavia, mais fidedigno à realidade do que uma análise isolada das respostas que foram fornecidas pelos alunos nas questões fechadas que abordaram o assunto (questões 3 e 4).

Como se pode observar, já de início, grande parcela dos alunos possuía conhecimento sobre o conceito de imposto, contudo, ainda assim, foram visíveis os impactos positivos que a oficina pedagógica produziu em seu conhecimento, tendo em vista o aumento no percentual daqueles que apresentaram conhecimento sobre o assunto após a sua realização, chegando a abranger a totalidade dos alunos de dois dos três anos escolares analisados.

Já no que diz respeito à função dos impostos, parcela considerável dos alunos não apresentou conhecimento inicial sobre a questão. Nessa conjectura, os impactos da oficina pedagógica no conhecimento dos alunos sobre tal aspecto se revelaram positivos e expressivos, tendo em vista o grande percentual de alunos que passaram a apresentar conhecimento sobre o assunto após a sua realização, com a abrangência da totalidade dos alunos de um dos anos escolares analisados.

Cumprido destacar o fato de que, no início, 64% dos alunos (60 alunos) apresentaram mais conhecimento sobre os impostos do que sobre os tributos, ao passo que, posteriormente, 91,5% dos alunos (86 alunos) apresentaram tanto conhecimento sobre os impostos quanto sobre os tributos. Tal situação pode ser um indicativo da importância de se trabalhar mais com os alunos o conceito de cada um deles, esclarecendo que o imposto é uma espécie de tributo, e, ainda, de se buscar uma abordagem que vá além dos impostos, e abranja também as demais

espécies tributárias (taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e demais contribuições).

Nesse contexto, fica evidente que EF, por meio da oficina pedagógica “Vendinha Capixaba”, pôde contribuir nesse sentido, tendo em vista a expressiva porcentagem de alunos que demonstrou conhecer de igual modo a respeito dos impostos e dos tributos, após dela participarem.

Sentimento em relação aos impostos

Tendo em vista que o sentimento de aversão à cobrança dos impostos revela-se comum na sociedade, o presente trabalho buscou identificar a opinião apresentada pelos alunos em relação aos impostos, também antes e após a realização da Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”, cujos resultados podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2 – Sentimento dos alunos em relação ao imposto

| Opinião | Alunos | | | |
|------------------|------------|--------|-------------|--------|
| | Quantidade | | Porcentagem | |
| | Antes | Depois | Antes | Depois |
| O imposto é bom | 51 | 85 | 54,2% | 90,4% |
| O imposto é ruim | 37 | 8 | 39,4% | 8,5% |
| Em branco | 6 | 1 | 6,4% | 1,1% |

Fonte: Os autores (2020).

Nessa conjuntura, 54,2% (51 alunos) compreendiam, inicialmente, o imposto como algo positivo, enquanto 39,4% (37 alunos) o compreendiam como algo negativo, e os demais, não opinaram; posteriormente à realização da oficina pedagógica, 90,4% (85 alunos) passaram a compreendê-lo como algo bom, ao passo que a porcentagem dos que entendiam ser o imposto algo ruim caiu para 8,5% (8 alunos).

Conforme se pode observar, surpreendentemente, já de início, mais da metade dos alunos compreendiam os impostos como algo positivo. Contudo, ainda assim, parcela considerável, ainda que não alarmante, os compreendia como algo ruim. Posteriormente à realização da oficina, pôde-se observar um aumento de 36,2% no percentual de alunos que passaram a considerar o imposto de modo positivo, concomitantemente a uma queda de

30,9% no percentual daqueles que compreendiam o imposto de modo negativo. Observou-se, ainda, uma queda de 5,3% no percentual daqueles que não manifestaram sua opinião.

Nesse contexto, merecem transcrição algumas respostas fornecidas, as quais evidenciam uma mudança substancial em sua opinião sobre o assunto. Determinado aluno, de início, registrou que compreendia ser o imposto algo ruim, justificando da seguinte maneira: “Porque o imposto deixa os produtos mais caros”. O mesmo aluno, após a oficina pedagógica, registrou compreender o imposto como algo bom e assim justificou a sua opinião: “Por um lado sim, graças ao imposto, o governo consegue manter os recursos públicos”. Outro aluno registrou, inicialmente, que compreendia ser o imposto algo ruim, justificando da seguinte maneira: “Porque às vezes os políticos não usam do jeito certo”. Esse aluno, posteriormente, registrou que compreendia o imposto como algo bom e assim justificou a sua opinião: “Pois nós vamos estar ajudando a nossa cidade a melhorar”.

Os resultados aqui obtidos corroboram o entendimento de Machado (2016) no sentido de que a formação do cidadão está relacionada com a articulação entre os interesses de caráter individual e os de cunho coletivo. É fato que o ato de pagar os impostos não pode ser considerado agradável a nenhuma pessoa, no âmbito da sua individualidade, mas, quando os indivíduos compreendem que o pagamento dos tributos é necessário em prol do bem comum, aceitar e cumprir as imposições tributárias torna-se mais factível.

Quando o aluno está mais esclarecido sobre o assunto, compreender o imposto de forma mais positiva consequência, ou seja, pode-se afirmar que o conhecimento sobre o assunto faz com que os alunos mudem sua opinião sobre a negatividade do imposto, revelando também uma possível compreensão inicial equivocada sobre aspectos que envolvem a temática, o que reforça o pensamento de Marinho (2012) de que toda proposta educacional que busque formar os indivíduos para o exercício da cidadania deve ter as suas práticas elaboradas por meio da exposição dos sujeitos como os seres decisórios para as conjunturas políticas, sociais e econômicas da realidade vivida, e, concomitantemente, por elas determinados.

Uma formação voltada à preparação e ao incentivo dos indivíduos ao exercício da cidadania (no presente caso, da cidadania fiscal) deve encará-los como os sujeitos determinantes e determinados que são, simultaneamente, perante à sociedade, de modo que é imprescindível o esclarecimento ao cidadão a respeito da função social exercida pelos tributos, acerca das responsabilidades que o papel de cidadão-contribuinte lhe incumbe, bem como dos direitos e possibilidades que a esse o estende, consoante foi feito com os alunos na

Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”, de modo a possibilitar que eles exerçam a cidadania fiscal.

Conhecimento sobre um tributo em específico

Com o intento de identificar a respeito do conhecimento apresentado pelo aluno em relação a um tributo em específico, foram analisados os seguintes pontos: se o aluno mencionou algum tributo e, em tendo mencionado, se o aluno teria conhecimento sobre o ente tributante competente para instituir e cobrar o tributo por ele mencionado, cabendo aqui importante ressalva: as questões selecionadas para a análise dos resultados nesse ponto, faziam questionamentos especificamente a respeito dos impostos. Contudo, como alguns alunos manifestaram conhecimento sobre a espécie tributária diversa do imposto, coube ao presente trabalho uma análise dos tributos (gênero) que foram mencionados pelos alunos.

Considerando mencionado o tributo quando o aluno foi capaz de, efetivamente, citá-lo e/ou se demonstrou conhecimento sobre a situação fática em decorrência da qual surge para o cidadão a obrigação de pagá-lo, foram obtidos os resultados constantes na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de tributos mencionados por alunos

| Nº de tributos | Alunos | | | |
|----------------|------------|--------|-------------|--------|
| | Quantidade | | Porcentagem | |
| | Antes | Depois | Antes | Depois |
| 0 | 47 | 21 | 50% | 22,3% |
| 1 | 45 | 62 | 47,9% | 65,9% |
| 2 | 2 | 9 | 2,1% | 9,6% |
| 3 | 1 | 1 | 1,1% | 1,1% |
| 4 | 0 | 1 | 0% | 1,1% |

Fonte: Os autores (2020).

Consoante, se pode observar, de início, 50% dos alunos (47 alunos) não demonstraram conhecimento a respeito de algum tributo especificamente, 47,9% dos alunos (45 alunos) demonstraram conhecimento sobre um tributo em específico, 2,1% dos alunos (2 alunos) apresentaram conhecimento sobre dois tributos e 1,1% (1 aluno) apresentaram conhecimento sobre três tributos.

Após a realização da oficina pedagógica, a porcentagem de alunos que não apresentaram conhecimento sobre determinado tributo em específico caiu para 22,3% (21 alunos), enquanto a porcentagem de alunos que citaram um tributo em específico aumentou para 65,9% (62 alunos), a porcentagem de alunos que citaram dois tributos aumentou para 9,6% (9 alunos), permanecendo em 1,1% (1 aluno) a parcela de alunos que citaram três tributos. Ainda, posteriormente à realização da oficina pedagógica, 1,1% dos alunos (1 aluno) passaram a apresentar conhecimento sobre quatro tributos em específico.

Conforme se pode observar, a porcentagem de alunos que se tornou apta a citar um tributo aumentou sensivelmente, concomitantemente a porcentagem de alunos que não demonstrou conhecimento sobre algum tributo em específico decresceu. Ainda, parcela dos alunos tornou-se apta a mencionar a respeito de ainda mais tributos de modo específico, chegando, por vezes, a demonstrar conhecimento a respeito de até quatro tributos. Já em relação ao conhecimento a respeito do ente tributante competente para instituir e cobrar o tributo, os resultados obtidos constam na Tabela 4.

Tabela 4 – Alunos com conhecimento sobre o ente tributante

| Alunos | Antes | Após |
|---------------|--------------|-------------|
| Quantidade | 14 | 39 |
| Porcentagem | 14,9% | 41,5% |

Fonte: Os autores (2020).

Conforme se verifica, inicialmente, somente 14,9% dos alunos (14 alunos) apresentaram conhecimento sobre o assunto, passando 41,5% (39 alunos) a apresentar. Ter conhecimento a respeito do ente tributante é de suma importância, pois é saber qual o ente (União, Estados, Distrito Federal, ou municípios) que pode instituir e cobrar cada tributo dos cidadãos e, também, salvo as parcelas constantes das transferências tributárias⁹, que administrará o dinheiro proveniente do tributo. Assim sendo, os resultados aqui expostos sugerem que o presente tema merece atenção especial por parte dos educadores dos anos finais do ensino fundamental e também revelam que da instrução dos alunos sobre o tema podem surtir bons efeitos.

⁹ É o repasse obrigatório de montante da receita tributária obtida por um ente federativo a outro. Podem ocorrer da União para os Estados, para o Distrito Federal e para os municípios e dos Estados para os municípios.

Conhecimento a respeito da nota fiscal e encorajamento ao controle fiscal

No que concerne à nota fiscal, procurou-se identificar o conhecimento dos alunos no tocante ao seu conceito e, logo após, a respeito da importância da sua exigência no âmbito das questões fiscais¹⁰, cujos resultados podem ser observados na Tabela 5.

Tabela 5 – Alunos com conhecimento sobre a nota fiscal

| Aspecto analisado | Alunos | | | |
|----------------------------|------------|--------|-------------|--------|
| | Quantidade | | Porcentagem | |
| | Antes | Depois | Antes | Depois |
| Conceito de nota fiscal | 88 | 93 | 93,6% | 98,9% |
| Importância da nota fiscal | 3 | 45 | 3,2% | 47,9% |

Fonte: Os autores (2020).

Entre os alunos pesquisados (94 alunos), 93,6% (88 alunos) apresentaram conhecimento sobre o seu conceito, antes da realização da oficina pedagógica; e 98,9% (93 alunos) apresentaram conhecimento sobre o referido aspecto, após a sua realização, revelando uma porcentagem expressiva de alunos que demonstraram conhecimento sobre o assunto, já de início, assim permanecendo após a realização da oficina pedagógica, com um aumento de 5,3%.

Já em relação à importância que a exigência da nota fiscal assume no âmbito tributário, no início, somente 3,2% dos alunos (3 alunos) demonstraram conhecimento e posteriormente, 47,9% (45 alunos) apresentaram, revelando sensível aumento no percentual, o que evidencia que a oficina pedagógica refletiu positiva e expressivamente no conhecimento dos alunos nesse ponto e que é realmente necessário se trabalhar com os alunos dessa etapa do ensino sobre a temática.

Cabe aqui destacar o pensamento de Freire (2019) ao afirmar que as pessoas têm aptidão de aprender para intervir na realidade, para transformá-la, e que a leitura de mundo do indivíduo evidencia o conhecimento construído no âmbito cultural e social bem como o seu esforço particular para assimilar esse conhecimento. Um contexto em que o professor deve ter

¹⁰ É com a exigência da nota fiscal, no momento da aquisição de um produto e/ou de um serviço, que o cidadão contribuirá para que o imposto embutido no valor do produto e/ou do serviço seja devidamente destinado aos cofres públicos, para, então, ser revertido à sociedade através das obras e dos serviços públicos.

uma relação dialógica com o aluno e respeitar sua leitura de mundo, buscando, juntamente a ele, superar uma compreensão mais ingênua do mundo e substituí-la por uma visão mais crítica.

Consoante ao já mencionado, durante a Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”, o professor interage com os alunos por meio de indagações, oportunizando que eles se manifestem, abordando, entre outros assuntos, a respeito da nota fiscal e da importância da sua exigência, bem como sobre a responsabilidade que o cidadão possui no combate à sonegação. Posteriormente, os alunos têm a oportunidade de participar de uma simulação de compra e venda de produtos na “Vendinha Capixaba”, por meio da qual são estimulados a estarem atentos à solicitação da nota fiscal ao “adquirir” os produtos ofertados.

Sabe-se que é com a exigência da nota fiscal, no momento da aquisição de um produto e/ou de um serviço, que o cidadão estará contribuindo para que o imposto embutido no valor desse produto e/ou serviço seja devidamente destinado aos cofres públicos para, então, ser revertido à sociedade na forma de obras e de serviços públicos.

Com os resultados aqui analisados, foi possível observar que, quando os alunos entram em contato com tal informação – como por meio da Oficina pedagógica “Vendinha Capixaba”, que oportuniza ao aluno o diálogo e a reconstrução do seu conhecimento, por meio do seu próprio esforço – eles têm aptidão para absorver a importância da nota fiscal, inclusive no combate à sonegação, e exigí-la a partir de então. Já a respeito do sentimento dos alunos em relação à sua capacidade para o exercício do controle fiscal, os resultados obtidos encontram-se dispostos na Tabela 6.

Tabela 6 – Alunos que se sentiram capacitados ao controle fiscal

| Alunos | Antes | Após |
|---------------|--------------|-------------|
| Quantidade | 40 | 69 |
| Porcentagem | 42,5% | 73,4% |

Fonte: Os autores (2020).

Observa-se que, no início, 42,5% (40 alunos) compreendiam que eles e seus familiares estavam aptos ao exercício do controle fiscal; após a realização da oficina pedagógica, 73,4% (69 alunos) demonstraram tal compreensão. Nesse contexto, observou-se que os alunos demonstraram, já de início e em percentual considerável, que se sentiam capacitados ao exercício do controle fiscal, contudo, ainda assim, o percentual de alunos que demonstraram esse sentimento, após a realização da oficina pedagógica, teve um acréscimo expressivo, o

que pode ser um forte indicativo de que os alunos, de fato, observaram ter adquirido, por meio da oficina pedagógica, conhecimento sobre como realizar o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e/ou de que os alunos foram encorajados ao exercício de tal acompanhamento.

Impactos gerais da oficina pedagógica

A Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba” impactou de modo positivo em diversos pontos do conhecimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental, no âmbito das questões fiscais, cumprindo com o propósito que a EF assume nos moldes do que propõe Brasil (2015), qual seja, de que a EF busca estruturar uma consciência que esteja orientada ao exercício da cidadania, de forma a possibilitar que o cidadão participe no desempenho e no aprimoramento dos instrumentos de controle social e fiscal estatal.

A propósito, ao serem indagados sobre a experiência que obtiveram com a oficina pedagógica em questão, se gostaram da experiência e se ela foi proveitosa, os alunos apresentaram respostas bastante positivas, tendo sido algumas delas a seguir transcritas: “Foi e muito, eu aprendi o que é imposto e tributo” (aluno do 7º ano); “Foi muito bom, aprendi como fazer compra e ajudar nosso país” (aluno do 7º ano); “Sim eu gostei bastante, porque assim nós aprendemos muitas coisas sobre tributo, LOA, PPA etc... e eu pude aproveitar bastante. Podia ter mais vezes” (aluno do 8º ano); “Sim. Antes eu achava a nota fiscal inútil, mas agora eu acho que ela é um comprovante para comprovar que você pagou os impostos” (aluno do 9º ano); “Sim, acho que eu aprendi como os cuidados do imposto e do tributo são importantes, principalmente para a sociedade, e é uma forma de ter nossos direitos supridos” (aluno do 9º ano); “Sim, pois aprendi o que é tributo, para que serve o imposto e a necessidade de pedir a nota fiscal” (aluno do 9º ano).

Consoante se pode observar que os alunos demonstraram ter gostado da experiência de ter aprendido sobre imposto e tributo, compreendendo a distinção entre eles. Demonstraram também ter adquirido conhecimento a respeito da nota fiscal e da importância da sua exigência, bem como da responsabilidade que possuem como cidadãos para o controle da aplicação dos recursos públicos, revelando, ainda, interesse que o assunto fosse abordado mais vezes.

Os resultados analisados revelam, ainda, diante do procedimento lógico adotado no presente trabalho, que, respeitadas as particularidades de cada caso em concreto, o conhecimento dos alunos que cursam os anos finais do ensino fundamental sobre as questões

fiscais apresenta-se, de modo geral, modesto, o que caminha em consonância ao entendimento de Marinho (2012) que observa a necessidade de uma revisão dos pressupostos teóricos e metodológicos em que se embasaram as práticas escolares da educação básica e a importância da abordagem, no ensino fundamental, das denominadas questões urgentes, que interpelam sobre a vida e a realidade.

Assim sendo, pode-se afirmar que, após participarem de prática pedagógica voltada ao ensino das questões fiscais, que aborda o tema por meio da metodologia ativa Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”, os alunos dos anos finais do ensino fundamental estão aptos a adquirir bastante conhecimento sobre o assunto e a mudar a visão distorcida que, por vezes, têm sobre determinados aspectos que envolvem o tema, sentindo-se, ainda, encorajados a participar no controle da aplicação dos recursos públicos.

Considerações finais

O problema de pesquisa em torno do qual se delineou o presente trabalho considerou a influência da EF na formação cidadã dos alunos dos anos finais do ensino fundamental. Para a efetivação da análise, primeiramente, foram levantados, na literatura, fundamentos teóricos de natureza pedagógica que se conciliam aos pressupostos apresentados por Brasil (2015), no tocante à EF. Para aprofundamento da pesquisa, com foco na “Vendinha Capixaba”, oficina pedagógica integrante do Programa Estadual de Educação Tributária do Espírito Santo, cujas atividades foram objeto de observação em ocasião na qual foi realizada com alunos da EMEF Bom Sucesso, em São Mateus-ES, foi realizada uma análise estatística dos dados coletados por meio de questionários aplicados aos alunos em questão envolvendo a temática fiscal.

Verificou-se que, antes da realização da oficina pedagógica, em determinados aspectos sobre o tema, os alunos revelaram pouco conhecimento, já em relação a outros pontos, os alunos demonstraram estar mais inteirados. Contudo, em todos os casos, a oficina pedagógica estudada representou um acréscimo no conhecimento desses alunos no âmbito das questões fiscais, tendo sido os seus impactos expressivamente positivos, de modo a cumprir com o propósito assumido pela EF. Aliás, após a realização da oficina, os alunos demonstraram ter gostado da experiência, aprendido sobre imposto e tributo e compreendido a distinção entre eles. E, ainda, ter adquirido conhecimento a respeito da nota fiscal e da importância da sua exigência, bem como da responsabilidade que possuem como cidadãos para o controle da aplicação dos recursos públicos, revelando, ainda, interesse que o assunto fosse abordado mais vezes.

Os resultados analisados revelam diante do método indutivo, procedimento lógico adotado no presente trabalho, que, respeitadas as particularidades de cada caso em concreto, o conhecimento dos alunos que cursam os anos finais do ensino fundamental sobre as questões fiscais apresenta-se, de modo geral, modesto. Revelam, ainda, que, ao participarem de prática pedagógica voltada ao ensino das questões fiscais, que aborda o tema por meio da metodologia ativa Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba”, os alunos estão aptos a adquirir bastante conhecimento sobre o assunto e a mudar a visão distorcida que, por vezes, têm sobre determinados aspectos que envolvem o tema, sentindo-se, ainda, encorajados a participar no controle da aplicação dos recursos públicos.

A Oficina Pedagógica “Vendinha Capixaba” produziu reflexos positivos e expressivos no conhecimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental sobre as questões fiscais, capacitando-os à prática e suscitando neles a vontade de praticar, auxiliando-os, no âmbito da EF, a compreenderem a cidadania fiscal como um poder-dever. Nesta perspectiva, é de grande importância a concentração de esforços para que o tema seja trabalhado com os alunos dos anos finais do ensino fundamental, notadamente por meio da metodologia ativa.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. Apresentação. *In*: BACICH, L.; MORAN, J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 9-13.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *In*: VadeMecum Saraiva. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 5-77.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 3 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: MEC, 2019. *E-book*. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. **Programa Nacional de Educação Financeira**: documento base. 2. ed. Brasília, DF: ESAF, 2015. *E-book*. Disponível em:

https://receita.fazenda.rs.gov.br/download/20170704155154diretrizes_nacionais_da_educacao_fiscal.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.

COSTA, R. H. **Curso de direito tributário**: Constituição e Código Tributário Nacional. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JESUS, I. B.; JESUS, F. B.; JESUS, R. B. **Manual de direito e processo tributário**. Prefácio de Elizabeth Nazar Carrazza. 4 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MACHADO, N. J. **Educação**: cidadania, projetos e valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2016.

MAIA, D. B. M. S. **Tributação indireta e cidadania fiscal**: uma análise dos mecanismos de conscientização para mitigação da anestesia fiscal. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MARINHO, G. **Educar em direitos humanos e formar para cidadania no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2012.

SÃO MATEUS (ES). Portal da Prefeitura de São Mateus. **Notícias**: PMSM promove encontro com os profissionais do PREFES. 2019. Disponível em: <https://www.saomateus.es.gov.br/noticia/pmsm-promove-encontro-com-os-profissionais-do-prefes>. Acesso em: 30 nov. 2019.

Submetido em 1º de abril de 2020.

Aprovado em 9 de junho de 2020.